

OS CONTRATADORES NO IMPÉRIO PORTUGUÊS, SÉCULOS XVII-XIX: DIMENSÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS

Bruno Aidar (UNIFAL)
profbrunoaidar@gmail.com

Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)
rmnetohistoria@yahoo.com.br

A formação dos Estados modernos e dos impérios coloniais desde o século XV retomaria com grande ímpeto o sistema de arrendamento de contratos, medida antiquíssima utilizada desde o Império Romano, expandindo tal prática na Europa e América, assim como em parte da África e da Ásia. Muitos historiadores analisaram como tal sistema contribuiu para a formação de grupos de contratadores profundamente imbricados com as elites mercantis dessas diferentes paragens. No caso da América Portuguesa, com exceção dos quintos do ouro, a maior parte da arrecadação dos tributos esteve sob responsabilidade dos contratadores de impostos e há pouco os historiadores começam a desvendar os segredos do contrato de Angola, tão importante para a compreensão do domínio português na África. O papel dos contratadores nas relações entre a fiscalidade do Estado da Índia e do Estado do Brasil permanece um campo inexplorado de investigações. Obviamente para Portugal e as outras monarquias europeias, o sistema de arrematação possuía sérias implicações sociais e políticas no centro e suas partes, não estando circunscrita à grandeza das rendas estatais. Se por um lado, o recurso aos contratos permitia um fluxo contínuo de receitas fiscais com a transferência dos custos administrativos da arrecadação e a formação rápida de uma extensa malha de arrecadação sobre amplos territórios, por outro havia a questão decisiva dos vínculos de dependência do Príncipe ao poder financeiro dos contratadores, como bem observou Montesquieu em meados do século XVIII, tomando como medida tanto a Antiguidade romana, quanto o seu próprio contexto na monarquia francesa. Havia ainda o ponto crucial da extração fiscal exercida pelos contratadores sobre populações rurais e urbanas, que não raramente sublevaram-se contra a opressão dos primeiros, forcejando a preferência pela administração direta em várias mentes ilustradas na França, Espanha, Portugal e nos reinos italianos na segunda metade do século XVIII. Nas últimas décadas, muito no esteio das investigações sobre as elites mercantis, a renovação dos estudos sobre os contratadores do império português trouxe e traz à tona a existência de um amplo mosaico das partes fiscais do império, com semelhanças e diferenças ao longo do tempo entre as camadas de poder local, regional e imperial que compunham os mecanismos complexos e contraditórios da extração fiscal colonial. Após numerosos estudos, um aspecto crucial que se coloca é compreender a unidade na diversidade dos contratadores no império português e sua especificidade face aos contratadores nas outras monarquias europeias. Dessa forma, a proposta desse simpósio é abrir espaço para diferentes questões em meio a um diálogo entre a história econômica, a história social e a história política, dimensões exigidas pelos contratadores enquanto um objeto de estudos privilegiado para o entendimento das diversas fases do Antigo Regime em Portugal, do período colonial brasileiro e das primeiras décadas dos governos liberais nos dois lados do Atlântico. Além das questões que balizaram os estudos clássicos na área, a historiografia recente tem se desdobrado em novos questionamentos e em uma maior complexidade das investigações. Um primeiro

conjunto de perguntas envolve os contratos e os contratadores por si próprios: quais eram as dimensões quantitativas (valores, lucratividade e localização espacial) e qualitativas (aspectos institucionais e jurídicos) dos contratos? Quais as origens econômicas e sociais dos contratadores? Como os contratos se articulavam às formas de acumulação mercantil e financeira dos arrematantes? Quais eram as vantagens e desvantagens do sistema de arrematação comparado à administração direta? Qual foi o papel dos contratadores na estruturação das alfândegas? Um segundo conjunto de questões relaciona-se ao entorno econômico, social e político dos contratos e dos contratadores: quais eram as conexões entre os contratos e o tráfico de escravos? Como os pagamentos dos contratos e dos tributos relacionavam-se com os circuitos monetários e financeiros coloniais? Como analisar as redes estabelecidas entre contratadores, fiadores e governo? Qual era o grau de concentração e concorrência entre os contratadores? Quais eram as relações dos contratadores com os grupos sociais e instituições coloniais? Quais eram as formas de descaminhos e evasão fiscal praticada pelos contratadores e pela população tributada? Ambos conjuntos de indagações envolvendo os contratos e os contratadores são essenciais para a periodização e compreensão das mudanças e crises nos diferentes modelos políticos de governo imperial português, seja em um paradigma mais antigo de matiz jurisdicionalista ou pré-estadualista presente nos Seiscentos, seja naquele com características crescentemente absolutistas ou estadualistas que emerge nos governos de D. João V e D. José I ou, por fim, no novo modelo liberal deflagrado pela revolução do Porto e pelo movimento constitucional no Brasil.